

RECURSO ESPECIAL Nº 1.865.888 - SP (2020/0057334-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A
SERVIO TULIO DE BARCELOS - RS095803A
RECORRIDO : VICTOR EDUARDO MOLINA
ADVOGADO : ANDRÉ DE ARAUJO GOES - SP221146

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EXTINÇÃO PELA SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO

– Inocorrência – Depósito efetuado para garantia do juízo – Oferecimento da competente impugnação ao cumprimento da sentença no prazo legal – Discussão acerca do **quantum exequendum** – Julgado proferido com manifesta violação ao devido processo legal, previsto no inciso LV do artigo 5º da Carta Magna – Nulidade caracterizada – Recurso provido.

INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS EXECUÇÃO INDIVIDUAL

Julgamento com fulcro no parágrafo 3º do artigo 1.013 do Novo Estatuto Adjetivo Civil Eficácia **erga omnes** da sentença proferida na ação coletiva O credor pode promover o cumprimento do julgado no foro da comarca do seu domicílio Desnecessidade da comprovação da associação do poupador ao IDEC Legitimidade ativa configurada Inocorrência da prescrição Entendimento da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal c.c. o informativo 0484 do Superior Tribunal de Justiça Prescindibilidade da prévia liquidação do julgado A apuração do quantum debeatur depende de meros cálculos aritméticos Os juros da mora são devidos a partir da citação do Banco nos autos da ação civil pública Incidência do artigo 405 do Código Civil Brasileiro Incidência dos referidos juros no percentual de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do Código Civil Brasileiro e, a partir de tal data, aplica-se no percentual 1% ao mês Aplicação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paul o para a correção monetária do débito A utilização da referida Tabela acarreta, automaticamente, a incidência do percentual de 42,72% para janeiro e de 10,14% para o mês de fevereiro de 1989 Possibilidade do arbitramento dos honorários do advogado Inteligência do parágrafo 1º do artigo 523 do Novo Código de

Processo Civil Aplicação da Súmula 517 do Superior Tribunal de Justiça Os juros remuneratórios não são devidos Inexistência de previsão no título exequendo Prequestionamento Recurso provido, para os fins de desconstituir a sentença e julgar parcialmente procedente a impugnação ao cumprimento da sentença.

Apreciando novamente a necessidade de prévia liquidação do título judicial oriundo da ação civil pública, tema julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob o regime de recurso especial repetitivo - Código de Processo Civil (CPC) de 2015, artigo 1.030, inciso II -, o Colegiado originário proferiu acórdão assim ementado:

APELAÇÃO - MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

- Existência do Acórdão proferido nos autos do Recurso Especial representativo da controvérsia 1.247.150/PR - O julgado de fls. 209/230 não divergiu da orientação do Superior Tribunal de Justiça - Decisão que não aplicou a supracitada sanção - Necessidade da prévia liquidação - Matéria não afetada para os fins do artigo 1.036 do Novo Estatuto Adjetivo Civil - Irrelevância do entendimento desta Câmara sobre a liquidez da sentença condenatória - Análise da controvérsia referente à Ação Civil Pública movida pela Apadeco contra o Banestado - Demanda coletiva diversa da objeto da presente execução - Posicionamento emanado pelo Acórdão de fls. 209/230 mantido - Recurso provido.

A parte recorrente alega que o acórdão recorrido contrariou os artigos 240, 509, 523, 783, 784, 798, 801 e 803 do CPC de 2015; os artigos 178 e 1.062 do Código Civil de 1916; o artigo 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; o artigo 1º da Lei 6.899/1981; o artigo 16 da Lei 7.347/1985; os artigos 95 e 97 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; o artigo 219 do CPC de 1973; e os artigos 205, 206, 397 e 405 do Código Civil. Argumenta que a parte credora não possui legitimidade para pleitear a execução do título judicial oriundo da ação civil pública. Suscita prescrição. Defende o indeferimento da petição inicial da execução e a remessa dos autos à contadoria judicial. Afirma a imprescindibilidade da prévia liquidação do título judicial oriundo da ação civil pública. Explica que o débito deve ser corrigido monetariamente com base nos índices de remuneração de valores mantidos em conta de poupança, sem a

Superior Tribunal de Justiça

inclusão de expurgos inflacionários decorrentes da implementação de planos governamentais de estabilização econômico-monetária posteriores ao plano Verão (janeiro de 1989). Sustenta que a correção monetária deve ser computada apenas a partir do ajuizamento da execução. Reclama de ofensa à coisa julgada. Aduz que os juros de mora não são devidos e que, se mantidos, devem incidir a partir da citação na execução. Pretende a suspensão da execução.

Inicialmente, anoto que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou os Recursos Especiais 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, relatados pelo Ministro Raul Araújo, para julgamento da controvérsia referente à "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas" (questão cadastrada como Tema 1.033).

Ao promover essa afetação, a Segunda Seção do STJ determinou a suspensão da tramitação de todos os recursos especiais e agravos em recurso especial na segunda instância e/ou que tramitem no STJ, que versem sobre a questão delimitada (julgamento 15.10.2019, DJe 30.10.2019).

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos especiais repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora